

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR¹

Ana Carolina Muxfeldt²

Ana Maria Ribeiro da Silva³

Edriane Aparecida Dellani⁴

Lailson Miranda Fonseca⁵

Rosemeyre Ferro Rocha⁶

Sônia Mara Batistussi de Souza⁷

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos sempre se deu no período noturno, como forma de suprir o tempo perdido de uma parcela da população que, por algum motivo, não teve acesso ou foi impedida de terminar seu processo de escolarização básica na idade própria, ou ainda que dela se evadiu, tendo que optar pela sobrevivência.

No Brasil, a preocupação com a escolarização de adultos não alfabetizados teve início com a colonização portuguesa e perdura até os dias de hoje. Naquela época, a educação proporcionada aos índios, tinha um caráter essencialmente religioso, pois o objetivo era inculcar os ideais da religião católica e difundir a cultura europeia.

A partir de 1930, quando a sociedade brasileira atravessava grandes transformações em virtude do processo de industrialização e concentração populacional nos centros urbanos, é que a educação de Jovens e Adultos passou a ter maior importância. Porém, neste período não se constatou iniciativas governamentais significativas.

A primeira iniciativa pública ocorreu na década de 1940, quando o Ministério da Educação e Saúde lançou a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos. A criação da Organização das Nações Unidas - ONU, no período pós-guerra, desencadeou um processo de recomendações aos países com alto índice de analfabetismo, para que respondessem efetivamente a esses indicadores, por meio de campanhas de massa. Também as condições internas, favorecidas pelo fim do Estado Novo, recolocavam o país no caminho da redemocratização. Pode-se

¹ Este texto foi elaborado pelos membros do Grupo de Trabalho para reformulação do Plano Municipal de Educação de Cascavel, com vigência de 2015 – 2025.

² Representante da Secretaria Municipal de Educação.

³ Representante do Núcleo Regional de Educação.

⁴ Representante dos Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino.

⁵ Representante dos Diretores das Escolas Municipais de Cascavel.

⁶ Representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino.

⁷ Representante da Secretaria Municipal de Educação.

acrescentar também, a ampliação do contingente de eleitores, já que a lei em vigor excluía os analfabetos do processo eleitoral.

Ao final da década de 1950, muitas críticas foram feitas em relação à Campanha de Educação de Adultos, no que se referia a questões administrativas, financeiras, bem como a sua orientação pedagógica. Tais críticas conduziram a uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e a consolidação de um novo paradigma pedagógico, tendo como referência o pensamento de Paulo Freire, que inspirou os principais programas de alfabetização e educação popular realizados no país no início dos anos 60.

Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação de programas de alfabetização por todo o país, com base na proposta de Paulo Freire. Tal iniciativa foi interrompida com o golpe militar, cessando também os programas desenvolvidos desde 1961, por serem vistos como ameaça à ordem. Permitiram-se apenas programas assistencialistas e conservadores, os quais perduraram até a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, no ano de 1967, que se expandiu por todo o país na década de 70.

Na década de 80, com o início da abertura política, vários projetos de iniciativa dos movimentos sociais foram se ampliando para além da alfabetização. Em 1985, o MOBRAL foi extinto por descrédito junto aos meios políticos e educacionais. Em substituição, foi criada a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos - FUNDAÇÃO EDUCAR, que objetivava apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas. Com sua extinção, em 1990, houve um esvaziamento em termos de políticas para o setor. Alguns Estados e Municípios, como o caso de Cascavel, assumiu a responsabilidade de oferecer programas na área, bem como algumas organizações da sociedade civil, mas a oferta ainda não atendeu à demanda.

A história da Educação de Jovens e Adultos – EJA chega à década de 90, reclamando por reformulações pedagógicas, pois grandes empecilhos surgiram e o Governo não deu apoio a esta modalidade de ensino.

O direito para milhões de sujeitos que não tiveram oportunidade de realizar sua escolaridade desde meados do século XX, “[...] só foi formalizado em lei, como dever de oferta obrigatória pelo Estado brasileiro, a partir da Constituição de 1988, e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996” (HADDAD, 2007, p. 197),

ganhando a dimensão de modalidade da educação básica, nas etapas do ensino fundamental e médio, com especificidade própria.

No contexto atual, em relação à Legislação da EJA, destacam-se os documentos elaborados pelo Conselho Nacional de Educação e, dentre eles, o Parecer CNE/CEB Nº 11/2000, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, bem como a Resolução CNE/CEB Nº 03, de 15 de junho de 2010, que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para o ingresso para os cursos de EJA, entre outros temas, bem como o Parecer CNE/CEB Nº 06/2010, de 07 de abril de 2010, que versa sobre importantes aspectos relacionados aos objetivos e à matrícula na EJA. Essas Diretrizes visaram contemplar as especificidades de tempo e de espaço para os alunos, assim como o tratamento presencial dos conteúdos curriculares, a importância em se distinguir as duas faixas etárias - jovens e adultos - e, ainda, a formulação da organização pedagógico-curricular, assumindo o princípio da flexibilidade e reconhecendo a autonomia das escolas e dos sistemas de ensino em elaborar suas próprias propostas pedagógicas.

Em dezembro de 2006 foi criado pela Emenda Constitucional Nº 53/2006 e regulamentado pela Lei Nº 11494/2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, com o objetivo de ampliar e redistribuir investimentos em educação, incluindo a modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

A Educação de Jovens e Adultos em Cascavel

O município de Cascavel, por meio da Secretaria Municipal de Educação, oferece alfabetização de Jovens e Adultos desde 1971, ano em que o Governo Federal implantou o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. Este programa perdurou por 14 anos, sendo encerrado em 1985.

Após este período, os alunos passaram a ser atendidos pela Fundação Educar, por meio do Programa de Educação Básica – PEB, durando até 1990, ano em que o referido projeto foi extinto, deixando todos os municípios sem condições de continuar o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos. Nesse momento, a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel - SEMED recorreu ao Centro de Estudos Supletivos “Professora Joaquina Mattos Branco” – CESVEL, de Cascavel, buscando

os Exames de Equivalência para poder certificar os alunos que, por meio deste, conseguiram concluir o Ensino Fundamental – Fase I.

Entre os anos de 1992 a 2001, a Prefeitura de Cascavel, após analisar vários projetos, optou pela oferta da EJA como descentralização do CESVEL, projeto este, da Secretaria Estadual de Educação - SEED, através do Departamento de Ensino Supletivo - DESU. Este projeto previa parceria entre o Estado e o Município, cabendo ao Estado a legalização da vida escolar dos alunos, bem como a certificação e as matrizes para a reprodução dos módulos. Ao Município cabia a reprodução dos módulos e materiais pedagógicos necessários para o desenvolvimento do trabalho, além da contratação de professores, cursos de capacitação e aperfeiçoamento e assessoramento pedagógico.

Em 1993, o projeto teve continuidade, mas com diminuição no atendimento, foram criados núcleos de Ensino Supletivo em locais estratégicos nas diversas regiões do Município.

A partir de 1995, atendendo à solicitação da Secretaria de Ação Social, teve início o trabalho com quatro turmas de idosos na Escola Municipal Almirante Barroso, no período matutino. Nas demais escolas, as turmas de EJA funcionavam no período noturno.

Em 1998, devido à solicitação da Pastoral Carcerária de Cascavel, deu-se início a uma turma de EJA na 15ª Sub-Divisão Policial, com o intuito da alfabetização e valorização da vida. O projeto não teve continuidade no ano seguinte devido à falta de segurança para o professor e às péssimas condições do espaço onde ocorriam as aulas.

Em 1999, as turmas da EJA continuaram funcionando como descentralização do CESVEL, que passou a denominar-se Centro de Educação Aberta Continuada e a Distância Profª Joaquina Mattos Branco – CEAD, única instituição responsável pela regulamentação e certificação dos alunos.

O Projeto de Descentralização perdurou até o final do ano de 2001. A partir do ano de 2002, a Educação de Jovens e Adultos no Município de Cascavel passou a funcionar por meio do Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos – PEJA, em parceria entre o Estado e o Município. Este projeto permitia o mapeamento dos alunos atendidos, ampliação da oferta e acesso às verbas públicas federais. O projeto se apresentava em duas etapas: preparatória e de certificação, esta última, realizada por meio do Exame de Equivalência.

Em dezembro de 2005, ocorreu a cessação do PEJA e os municípios tiveram que assumir a EJA, se responsabilizando inclusive pela certificação dos alunos. Neste mesmo ano, a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel elaborou, com a participação dos professores da Educação de Jovens e Adultos, o Programa Próprio e a Proposta Curricular específica para esta modalidade de ensino. A primeira versão do documento foi enviada à Secretaria de Estado da Educação, em agosto de 2005. Em decorrência das diversas tramitações, somente em 15 de junho de 2007, a proposta de Implantação de Programa Próprio foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, através do Parecer CEE/SEED/PR Nº 392/07 e em 16 de julho de 2007, pela Resolução SEED/PR Nº 3190/07.

Também neste mesmo processo, foi autorizado o funcionamento do Centro Municipal de Educação Básica para Jovens e Adultos Paulo Freire - Ensino Fundamental – Fase I, criado através do Decreto Nº 7160, de 20 de julho de 2006, cuja finalidade é gerenciar todo o programa próprio de EJA, da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel – unidades descentralizadas, que ofertam esta Modalidade de Ensino. Este Centro de EJA iniciou seu funcionamento em 23 de outubro de 2008, com o objetivo de atender os alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno. Para efeitos administrativos, o mesmo é subordinado ao Departamento Pedagógico, da Secretaria Municipal de Educação.

Desde então, a EJA – Fase I é ofertada de forma presencial, de acordo com a matriz curricular de 1200 horas, com duração de dois anos, organizados semestralmente, compreendendo as áreas do conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza.

No ano de 2008, entrou em vigência o Currículo Para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel - Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – Fase I. Em sua elaboração, as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas entre os anos de 2003 e 2005, em âmbito estadual foram tomadas como referência. Quanto à proposta pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos – Fase I desde o ano de 2008, os professores utilizam o referido Currículo, o qual tem sua concepção teórico-metodológica fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, possibilitando uma educação humanizadora, compreendida nas relações que envolvem o homem e a sociedade. A elaboração deste Currículo surgiu da necessidade de assegurar uma base curricular unitária e orientadora da prática pedagógica. O processo de elaboração envolveu a participação

do professores da EJA, coordenadores pedagógicos e diretores das escolas que ofertavam esta Modalidade de Ensino, tendo como coordenadores a equipe pedagógica da SEMED.

Atualmente, há, no Município de Cascavel, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Censo 2010), cerca de 9.870 pessoas não alfabetizadas residentes com 15 anos ou mais, representando um índice de 4,46% da população total. Há que se considerar que dentre estes, estão os analfabetos funcionais (aqueles que apresentam uma reduzida produção escrita, não concluintes dos anos iniciais do ensino fundamental) e os absolutos (que não apresentam domínio algum do código escrito). Estes dados revelam grandes avanços em relação à política pública em busca da erradicação do analfabetismo no município de Cascavel.

Em 2012, o município lançou a Campanha: “Cascavel rumo ao analfabetismo zero”, com o objetivo de reduzir ainda mais o índice de pessoas, com 15 anos ou mais, que estão na condição de analfabetas. Em decorrência desta campanha, todos os envolvidos com a EJA da Rede Pública Municipal de Ensino participaram de palestra de motivação e incentivo a continuidade da escolarização.

Com a implantação do Sistema Municipal de Ensino de Cascavel, a partir de 2013, a EJA passou a ser organizada conforme a Deliberação CME/Cvel Nº 003/2013, que institui as normas de funcionamento.

Considerando que a responsabilidade pela oferta da Educação de Jovens e Adultos – Fase I é do Município, nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino que ofertam essa modalidade, o único critério para abertura de turma é o número de alunos, sendo estipulado o mínimo de 20.

Em 2003, a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou o “Livro de Alfabetização” como material de apoio pedagógico aos professores e alunos, elaborado pela equipe de coordenação pedagógica da SEMED, de acordo com o perfil do público atendido, utilizado até meados de 2010. Em 2011, envolvendo a participação dos professores de EJA e equipe pedagógica da SEMED, elaborou-se o “Caderno de Língua Portuguesa: 4º Período da Educação de Jovens e Adultos”. Atualmente, como materiais didáticos pedagógicos de apoio, os alunos e professores contam com os disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD/EJA/MEC/FNDE, cuja distribuição aos municípios iniciou em 2010.

Além dos materiais didáticos pedagógicos, a Secretaria Municipal de

Educação, desde o ano de 2005 entrega aos alunos da EJA, um kit de material escolar apropriado para alunos desta faixa etária. Também, por meio da parceria entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o município é fornecida a merenda escolar a todos os alunos, sendo esta acompanhada por nutricionistas do Setor de Merenda Escolar, da SEMED.

No que se refere à formação continuada, os professores da Educação de Jovens e Adultos – Fase I, participam de cursos proporcionados pela Secretaria Municipal de Educação. Essas formações são realizadas nas áreas do conhecimento, considerando questões referentes à escolarização desses alunos, suas especificidades e dificuldades, assim como, seu contexto social.

Em relação a eventos promovidos aos alunos da EJA, anualmente, a SEMED organiza a formatura para os alunos que concluem a Fase I. Este evento é considerado de grande importância para os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, pois formandos e demais alunos, familiares, equipe administrativo-pedagógica das escolas e autoridades municipais se reúnem para participarem do mesmo.

No ano de 2014, estiveram em funcionamento 21 turmas, distribuídas em 14 escolas urbanas. Destas, uma escola ofertava a EJA no período matutino e noturno, outra nos três turnos, e as demais, somente no período noturno, totalizando 465 alunos atendidos, até o fim do primeiro semestre do corrente ano.

A Educação de Jovens e Adultos – Fases I e II e Ensino Médio ofertada no município de Cascavel pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, até 2005 se organizava nas formas presencial e semipresencial. Os cursos presenciais eram ofertados exclusivamente no período noturno e eram divididos em etapas.

Os cursos semipresenciais eram ofertados pelo Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professora Joaquina Mattos Branco - CEEBJA, no Ensino Fundamental, Fase I, Fase II e Ensino Médio, com matrícula por disciplina, organizados em momentos presenciais e não-presenciais, sendo 30% da carga horária total na forma presencial e 70% não-presencial. A matriz curricular contemplava disciplinas da base nacional comum. Estas formas de organização curricular foram cessadas no início do ano de 2006.

Em 2002 teve início, em Cascavel, escolarização para os alunos em privação de liberdade nas Unidades Prisionais e nas Unidades Socioeducativas na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental – Fase I, Fase II e Ensino Médio.

A partir de 2006, com a reformulação da proposta pedagógico-curricular de EJA da Rede Estadual de Educação, buscou-se manter as características de organização que atendem melhor à Educação de Jovens e Adultos, para permitir aos alunos percorrerem trajetórias de aprendizagem não-padronizadas, respeitando o ritmo próprio de cada um no processo de apropriação dos saberes e organizar o tempo escolar a partir do tempo disponível do aluno-trabalhador, seja no que se refere à organização diária das aulas, seja no total de dias previstos na semana.

A proposta pedagógico-curricular de EJA, atualmente, contempla 100% da carga horária total na forma presencial, sendo 1200 horas no Ensino Fundamental – Fase I, 1600 horas no Ensino Fundamental – Fase II e 1200 horas no Ensino Médio. A matrícula do aluno é feita por disciplina e pode ocorrer na organização coletiva ou individual.

Em Cascavel, há oferta da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio em quatro Estabelecimentos Estaduais, com aproximadamente, 2800 matrículas.

Além dos quatro Estabelecimentos, há o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Wilson Antonio Neduziak, que oferta Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental – Fase I, Fase II e Ensino Médio e funciona nas dependências da Penitenciária Industrial de Cascavel, sendo responsável, também, pelos alunos da Penitenciária Estadual de Cascavel e Penitenciária Federal em Catanduvas, com aproximadamente, 476 matrículas.

O CEEBJA Prof^a Joaquina Mattos Branco é responsável pela oferta da escolarização do Ensino Fundamental – Fase I, Fase II e Ensino Médio, nos Centros de Socioeducação – CENSE's.

A Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos, na Rede Pública Estadual de Ensino pressupõe, também, as Ações Pedagógicas Descentralizadas - APED's, que são turmas de EJA em regiões com baixa demanda educacional, que não justificam a existência da estrutura de uma escola. Tais ações são voltadas a populações indígenas, ribeirinhas, remanescentes de quilombos, acampados e assentados rurais, dentre outros, nos turnos e horários necessários para cada comunidade.

São ofertados, ainda, pela Secretaria de Estado da Educação, Exames de EJA online e convencional – Ensino Fundamental e Médio. Também, para os alunos da faixa etária de EJA, estão disponíveis para certificação, o Exame Nacional para

Certificação de Competências para Jovens e Adultos - ENCCEJA e Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

Ainda, no município de Cascavel, é ofertado o Programa Paraná Alfabetizado, o qual é uma ação do Governo do Estado do Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado da Educação, desenvolvido em parceria com o MEC/SECAD/Programa Brasil Alfabetizado, Prefeituras Municipais e demais organizações governamentais e da sociedade civil. Tem como objetivo universalizar a alfabetização aos jovens, adultos e idosos paranaenses não alfabetizados com 15 anos ou mais, na perspectiva da superação do analfabetismo, garantindo o acesso à leitura e à escrita como direito à educação básica e como instrumentos de cidadania e também possibilitar condições para a continuidade da escolarização aos egressos alfabetizados. As ações são desenvolvidas em conjunto com as Secretarias Municipais de Educação para a garantia da EJA - Fase I, do Ensino Fundamental.

Em Cascavel, nesta 11ª Edição/2014, o Programa Paraná Alfabetizado atende 138 alfabetizandos, distribuídos em 13 turmas.

Os professores da Rede Estadual de Ensino participam de Cursos de Formação Continuada ofertados pela Secretaria de Estado da Educação – SEED.

No município de Cascavel, a Educação de Jovens e Adultos – Fase II e Ensino Médio também é ofertada pelo Serviço Social da Indústria - SESI, desde o ano de 2008.

Atualmente, são atendidos aproximadamente 290 alunos na forma presencial, em parceria com Indústrias parceiras do SESI, e na modalidade à distância, na própria unidade SESI Cascavel.

Esse trabalho é desenvolvido por professores licenciados nas áreas do conhecimento, contratados pelo SESI. O espaço utilizado é uma sala de aula adaptada na própria empresa, sendo as aulas ministradas depois do expediente de trabalho. A empresa fornece o lanche para os alunos. Os materiais didático-pedagógicos para o desenvolvimento das aulas são de responsabilidade do SESI e o material escolar é, na maioria das vezes, custeado pelo sindicato que representa a categoria, ou até mesmo pela empresa. O assessoramento pedagógico é feito pela coordenadora pedagógica do SESI. A certificação dos alunos é expedida por meio do Colégio SESI CIC.

Padrões humanos e de infraestrutura das escolas para o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos

Tendo em vista, a necessidade da coleta de dados para atualização do Plano Municipal de Educação foi solicitado aos diretores, coordenadores pedagógicos e professores de EJA das Redes Públicas Municipais e Estaduais de Ensino de Cascavel para responderem em conjunto, questões referentes à forma de como o estabelecimento de ensino se organiza para definir suas ações e os meios para efetivá-las, bem como questões para avaliar em que medida os recursos humanos, físicos e materiais existentes no estabelecimento de ensino correspondem às reais necessidades para execução do trabalho pedagógico com qualidade, a fim de atender a função social da escola.

O instrumento de avaliação, na forma de questionário, com seis itens, foi respondido por quatorze escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, que ofertam o Ensino Fundamental – Fase I e quatro estabelecimentos da Rede Pública Estadual, que ofertam a Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Ldb nº 9.394/96. 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Municipal de Educação – Lei nº 13.005/2014. 25 de junho de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. O Plano Municipal de Educação – Caderno de Orientações. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década – Alinhando os Planos de Educação. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. 2014.

CASCADEL (PR). Secretaria Municipal de Educação. Currículo para a Rede Pública Municipal de Cascavel: v.III: Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos. Cascavel, Pr. Ed. Progressiva, 2008.

CASCAVEL (PR). Plano Municipal de Educação: Editora e Gráfica Assoeste, 2004.

PARANÁ. SEED. Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos. Curitiba, Pr, 2006.

HADDAD, Sérgio. Ação dos governos locais na educação de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, nº 35 maio/ago. 2007.

Dolla, Margarete Chimiloski. Os desafios da política de educação para jovens e adultos: o analfabetismo e as medidas para ampliação da escolarização no município de Cascavel – Pr: UNIOESTE, 2009 - Dissertação (Mestrado

NATH, Margarete Aparecida. Alfabetização de Jovens e Adultos em Cascavel: **uma história em construção**. – Dissertação (Mestrado), 20 de dezembro de 2004.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Cascavel: Editora e Gráfica Assoeste, 2004.